

Econ. Brasil Fraga defende estabilidade

Antonio Lacerda

CRISTINA BORGES

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse que a meta prioritária é o controle da inflação, sustentado na âncora nova das taxas de juros. Fraga participou ontem do seminário sobre o real, promovido pela Associação Comercial do Rio. Fez defesa veemente da estabilidade, mas comprometeu-se com a platéia de empresários e banqueiros a diminuir a diferença entre o custo do dinheiro básico e o custo para as empresas e os consumidores.

Quis deixar claro que a equipe econômica está afinada com a aliança entre a política monetária e o desenvolvimento econômico, mas sem se descuidar do controle da inflação. Como exemplo de que não há conflito entre estabilidade e desenvolvimento, Fraga citou a decisão recente do Conselho Monetário Nacional de baixar os juros para o setor imobiliário, na expectativa de que o benefício seja repassado aos construtores e mutuários.

Desenvolvimentismo – A preocupação desenvolvimentista do BC passa ainda pelo incentivo à poupança interna e pela desregulamentação do sistema financeiro, acompanhados do aperfeiçoamento da supervisão de riscos. Esse projeto, em estudo com a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados, deve ser encami-

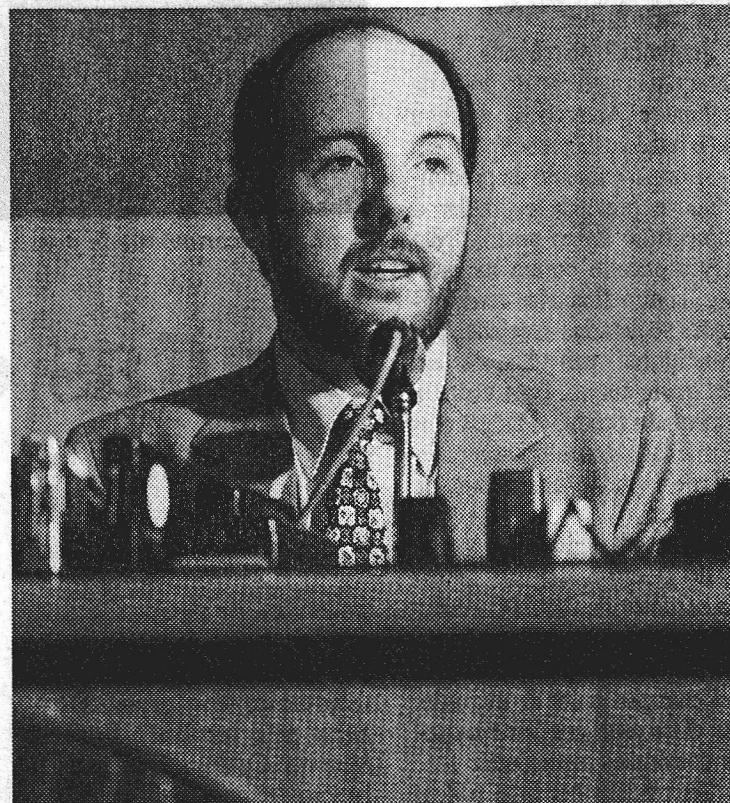
nhado ao Congresso no prazo de 12 a 18 meses.

Quanto às medidas para a redução do custo financeiro, Fraga disse que é necessário vencer etapas que vão da aprovação da reforma tributária, passando pela desregulamentação do sistema financeiro, até mudanças legais.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, reforçou a união da equipe econômica na retomada do crescimento. "Não há desenvolvimento econômico que se sustente sem responsabilidade fiscal e eficiência operacional. Sem desenvolvimento econômico e social, a estabilidade não se consolida. É muito fácil gerar uma bolha de crescimento. Mas não vamos cair nessa tentação, que traz a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos".

O ministro fez um apelo aos empresários para apoiar a aprovação da Lei da Responsabilidade Fiscal, lembrando compromisso assumido pelo deputado Michel Temer e pelo senador Antonio Carlos Magalhães, na posse na presidência da Câmara e do Senado.

Quanto à ameaça que o imposto da pobreza, proposto por ACM, traria ao ajuste fiscal necessário para o cumprimento das metas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Malan foi enfático: "Não vamos abrir mão dos programas de superávit fiscal". Ele admitiu apenas discutir a composição dos gastos públicos. O ministro da Fazenda destacou que a redução da inflação deu uma enorme con-



Armínio prometeu estudo para "reduzir o custo do dinheiro"

tribuição à diminuição da pobreza no país. Mas não deixou de demonstrar contrariedade com a proposta do presidente do Senado. "Não há mágica, pírueta, canetada ou ato de voluntarismo que resolva o problema da pobreza absoluta no curto prazo", observou.

A equipe econômica trabalha com a expectativa de queda da inflação, o que norteou a redução da taxa básica de juros (Selic) de uma só vez a 19,5% e a suspensão do viés de baixa. O repique infla-

cionário este mês é temporário, causado pelo aumento de tarifas. Malan admitiu que o preço dos combustíveis pode aumentar nos próximos meses devido à valorização do petróleo no mercado internacional. Ele justificou os novos aumentos ao rigor do governo em não conceder subsídios. Mas reconheceu que não houve reciprocidade ao consumidor, quando o preço do petróleo, recentemente, chegou aos preços mais baixos das últimas décadas.